

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



O presidente Jair Bolsonaro apostou no discurso antipolítico para mobilizar sua base de apoio social e para tentar pressionar o Congresso Nacional a votar sua agenda econômica e social. Atacou muitas vezes o que chama de “velha política” e condenou “velhas práticas”, além de convocar manifestações de rua para “protestar a favor” de seu governo, de propostas como a reforma da Previdência e do pacote anticrime de Sergio Moro.

Bolsonaro em 2019: austeridade, crises, denúncias e baixa aprovação

Em maio, Bolsonaro divulgou uma carta na qual afirmara que o Brasil é “ingovernável” fora dos conchavos, diante dos quais o presidente não teria poder algum frente às “corporações”, e que era impossível atender à vontade dos eleitores por causa de interesses escusos. E que nesta toada o país daria “adeus Moro, Mansueto e Guedes”, referindo-se ao ministro da Justiça, ao secretário do Tesouro Nacional e ao titular da pasta da Economia.

Isso não impediu, no entanto, que Maia fosse o grande articulador dos projetos econômicos que interessavam ao mercado, e conseqüentemente, ao Planalto, e que 1,135 bilhão de reais em emendas parlamentares fossem liberados pelo governo em troca da aprovação da reforma da Previdência na Câmara. O governo foi derrotado no primeiro semestre em algumas matérias, como a PEC do Orçamento

Impositivo e o decreto do porte de armas, mas a reforma da Previdência tramitou e foi aprovada com sucesso, apesar das mudanças pelas quais passou.

Na volta do recesso parlamentar, em agosto, a Câmara aprovou a reforma, com 370 votos a favor, 124 contrários e uma abstenção. A PEC da reforma da Previdência chegou ao Senado no dia 8 do mesmo mês, e também foi aprovada em dois turnos.

Após a aprovação da Previdência, três outras reformas devem ser o foco do governo para o ano que vem: uma reforma Administrativa, revisões no pacto federativo e na estrutura tributária. Entre as principais medidas da Administrativa está a contratação dos servidores públicos sem estabilidade, tanto de celetistas (o que é vedado pela Constituição) quanto para funcionários temporários e concursados.

Em novembro, Bolsonaro entregou ao Senado

um pacote de medidas econômicas batizado de “Plano Mais Brasil”. São três Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tratam de ajuste fiscal no âmbito da União e dos estados e municípios e colocam uma transformação do Estado brasileiro, em várias dimensões.

As PECs apresentadas dizem respeito a um novo pacto federativo, que descentraliza recursos da União para estados e municípios, em um montante de cerca de quatrocentos bilhões de reais nos próximos quinze anos, para serem investidos em saúde, educação, saneamento e segurança. A PEC do pacto federativo muda a repartição de recursos da União, nos moldes já proposto para a repartição dos lucros do pré-sal.

A PEC Emergencial, trabalhada no âmbito da reforma Administrativa, cria gatilhos para redução de despesas com servidores públicos quando houver dificuldade nas contas públicas e estabelece uma série de medidas "de estabilização e ajuste fiscal" para enxugar o orçamento, a serem tomadas nas ocasiões em que o governo descumprir a regra de ouro. A PEC permite, por exemplo, que o governo reduza temporariamente a jornada de trabalho dos servidores em até 25%, com diminuição proporcional de salários.

Já a PEC dos Fundos Públicos prevê a revisão de 281 fundos públicos, a fim de liberar 220 bilhões de reais e reduzir a dívida pública federal dentro da lógica de desvincular, desobrigar e desindexar o orçamento. Os fundos públicos especiais são mantidos por recursos vinculados a receitas específicas, como tributos e royalties. Entre os fundos públicos que podem vir a ser desvinculados ou extintos estão o Fundo Nacional de Cultura e o Setorial de Audiovisual.

O governo Bolsonaro conseguiu, no ano de 2019, emplacar projetos relevantes de sua agenda econômica. Se não encontra o mesmo apoio em sua agenda autoritária, repressiva e conservadora do ponto de vista social, e por vezes enfrenta até oposição dos editoriais e de figuras relevantes do cenário político e econômico nacional nestes temas, estes mesmos não apenas legitimam a agenda neoliberal de Bolsonaro, como a apoiam declaradamente. Projetos como a reforma da Previdência e demais ataques a direitos garantidos na Constituição de 1988

contaram com o apoio da grande imprensa, do empresariado, do mercado financeiro e de lideranças do cenário político nacional, do centro à direita. O que deixa claro que não são apenas os bolsonaristas que vão às ruas para pedir o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal que garantem a sobrevivência do governo, mas também os setores ligados ao mercado que legitimam diariamente a dupla Bolsonaro e Guedes.

Crises em um governo sem coalizão

O primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado por crises. Já em abril o governo demonstrou dificuldades na articulação política de sua agenda, em especial após entrar em rota de colisão com Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, com o início da tramitação da reforma da Previdência. A princípio, tanto o centrão, como seu próprio partido, o PSL, cobraram maior diálogo por parte do governo.

A reforma da Previdência foi o grande estopim das disputas, que fez com que Paulo Guedes, uma das figuras centrais do governo, chegasse a ameaçar pedir demissão se a proposta fosse muito desidratada. O clima se manteve tenso entre Congresso e governo, até a votação. A disputa deixou claro que o objetivo do governo era transferir o ônus da aprovação deste projeto impopular para os parlamentares.

O centrão, bloco formado por partidos de centro e centro-direita, como o MDB, PP, PL (antigo PR) entre outros, passou a ser o principal ator institucional do Congresso a pressionar o governo e seus articuladores. Com cerca de 250 votos, o centrão reivindicava mais autonomia do Congresso e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se comprometeu a “fazer o país andar”.

As crises do governo também se refletiram sobre os órgãos de fiscalização e controle. Na reorganização do governo, retirou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça, repassando-o para o Ministério da Economia. Bolsonaro criticou o que chamou "superpoderes" do Legislativo e atacou o Congresso, acusando parlamentares de tentarem reduzir seu poder, transformando-o em uma espécie de "rainha da

Inglaterra". O presidente da Câmara reagiu à crítica. As declarações ocorreram no momento em que o Congresso buscava ganhar protagonismo, adotando uma agenda própria.

Houve intervenção direta do Planalto no Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), e em outros dois órgãos de controle e investigação de combate à corrupção que podiam afetar a família Bolsonaro, como a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal (RF). A substituição do superintendente da Polícia Federal no Rio, Ricardo Saadi, pelo delegado Alexandre Saraiva, amigo da família, se deu após suposto direcionamento de investigação pela PF do Rio sobre o deputado Hélio Lopes (PSL-RJ), aliado de Bolsonaro e do vereador Carlos Bolsonaro.

Para o comando da PF, Bolsonaro nomeou o delegado Carlos Henrique Oliveira Sousa. Na Receita Federal, determinou a substituição do superintendente do órgão no Rio, Mário Dehon, e dos delegados da Receita no Porto de Itaguaí (RJ), José Alex Nobrega de Oliveira, e na Barra da Tijuca, Fábio Cardoso do Amaral, alegando claramente que "fizeram uma devassa na vida financeira dos meus familiares", e quem assumiu o cargo foi Assis Ferraz Neto, auditor fiscal. Bolsonaro tem sido explícito na defesa de seus interesses e no desvio das investigações e suspeitas sobre seus familiares, ainda que com isso comprometa a autonomia das instituições.

Outra crise presente no governo foi entre os chamados "olavistas" e os militares, cujo principal foco foi centrado nas figuras do ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, e do ex-comandante do Exército, general da reserva Eduardo Villas Bôas. O confronto colocou o vice-presidente Hamilton Mourão, em oposição à ala "olavista" ao reagir aos ataques de Olavo de Carvalho contra a cúpula militar. Houve uma verdadeira campanha do filho do presidente, Carlos Bolsonaro, contra o vice-presidente general Hamilton Mourão.

Após a discussão, o governo determinou um corte de 44% nos recursos destinados ao Ministério da Defesa, que passou a ser o segundo ministério que mais sofreu cortes, atrás apenas do Ministério da Educação. No mês de junho, o governo demitiu três integrantes da "ala militar". A mais impactante foi a saída do então ministro da Secretaria de Gover-

no, o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, após embate com o filho do presidente, Carlos Bolsonaro. Santos Cruz foi substituído pelo comandante militar do Sudeste, Luiz Eduardo Ramos.

Também foram exonerados o general Franklimberg Ribeiro de Freitas, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o general da reserva Juarez Aparecido de Paula Cunha, que ocupava a presidência dos Correios. A troca de cadeiras entre militares no governo não deve ser entendida como perda de forças do grupo no setor.

Não satisfeito com as intrigas geradas no âmbito nacional, Bolsonaro foi mais longe e atacou grossieramente a comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-presidenta do Chile, Bachelet, dizendo que se intrometia em assuntos internos e na soberania brasileira, devido ao comentário da comissária que o Brasil estava perdendo espaço democrático. Também atacou o presidente da França, Macron, devido à questão ambiental na Amazônia, o que gerou hostilidade para o Brasil no encontro da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), onde Bolsonaro fez um discurso agressivo aos países que questionam a política de desmatamento, acusando-os de publicar "mentiras" sobre as queimadas.

Para terminar o primeiro ano de governo, Bolsonaro rompeu, em outubro, com o partido pelo qual se elegeu em 2018, o Partido Social Liberal (PSL), legenda com a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, com 52 parlamentares, além de quatro senadores e três governadores. A punição, entre suspensão das atividades partidárias e expulsão de parlamentares, ainda está em trâmite e levará à possível criação de novo partido, ainda em discussão.

Denúncias contra o governo

Contra o governo pesam as denúncias sobre o laranjal do PSL, que implicam Bolsonaro e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, em esquemas de caixa 2, que desviava recursos de candidatas laranjas para a campanha do presidente, o que levou a ruptura com o ex chefe da Casa Civil, Gustav Bibeiro e o líder do PSL, Luciano Bivar.

O caso Queiróz também foi destaque de importantes denúncias contra o governo, em especial, à família Bolsonaro. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro determinou a quebra de sigilos bancário e fiscal de Fabrício Queiroz, assessor de Flávio Bolsonaro, quando era deputado estadual pelo Rio de Janeiro. O Relatório enviado pelo Coaf identificou movimentação financeira de mais de 650 milhões de reais por Fabrício Queiroz, oriundos de depósitos de servidores da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), típicas de uma operação conhecida como “rachadinha”. Tais investigações seguem mostrando a influência do ex-assessor para nomear pessoas que nunca pisaram no gabinete de Flávio ou até de Jair Bolsonaro quando este era deputado federal, incluindo aquelas vinculadas a milícias cariocas.

O inquérito contra Queiróz apurou também a contratação de Adriano Magalhães da Nóbrega, um dos chefes do Escritório do Crime, organização miliciana do Rio de Janeiro envolvida no assassinato de Marielle Franco, pelo gabinete de Flávio. O senador pediu a anulação da investigação e acusou o MP de vazar informações sigilosas, com o objetivo de atingir o governo de Jair Bolsonaro.

Por fim, denúncias de um porteiro do condomínio onde Bolsonaro tem casa sugerem um envolvimento ainda mais direto dele ou seus familiares com a morte da vereadora em 2018. Os executores estiveram no condomínio no dia do crime e há fortes indícios de que Bolsonaro estava no local e recebeu os criminosos.

Opinião Pública: baixa aprovação

As primeiras pesquisas de avaliação de governo após a posse, realizadas pela CNT/MDA, de 21 a 23 de fevereiro, indicavam que 38,9% aprovavam o novo governo de Jair Bolsonaro, 29% o avaliavam de modo regular e 19% tinham avaliação negativa sobre ele. E também que menos da metade da população (43,4%) aprovava a reforma da Previdência, principal medida a ser adotada pelo novo governo. O valor do salário mínimo estabelecido em 998 reais no início do ano também era desaprovado por dois terços da população (66,9%) e mais

da metade (52,6%) desaprovava o decreto que flexibilizava a posse de armas. Já o Pacote Anticrime, apresentado por Sergio Moro, teve 62% de aprovação em fevereiro.

Em março, pesquisa do Ipsos realizada entre os dias 11 e 13 indicava que o governo de Jair Bolsonaro era avaliado positivamente por 37% da população. A avaliação negativa evoluiu para 24%, de janeiro a março, e a avaliação regular ficou em 32%. Pesquisa realizada pelo Ibope entre 16 e 19 de março, registrou queda de quinze pontos na avaliação positiva do governo Jair Bolsonaro, de janeiro a março. Com queda de 49% de avaliação positiva em janeiro, para 34% em março.

Aos cem dias de governo, o Datafolha mostrou que 32% consideram o governo Bolsonaro ótimo ou bom, 33% regular e 30% ruim ou péssimo. O Vox Populi seguiu a mesma tendência, com 34% de avaliação positiva, o mesmo índice como regular e 24% de avaliação negativa do governo Bolsonaro.

O Vox apurou que à época um terço da população (34%) se considerava pró-Bolsonaro, o mesmo índice se considerava neutro (34%) e 30% se diziam anti-Bolsonaro. Mais da metade da população (55%) já nesta data reconhecia que a prisão de Lula se deu por motivos políticos e que Moro o prendeu para impedir que fosse candidato a presidente (49%). O Vox Populi também levantou que 65% dos brasileiros eram contra a proposta de reforma da Previdência, enquanto para o Datafolha, no mesmo período, 51% rejeitavam a reforma da Previdência e 41% eram favoráveis.

Um levantamento feito pelo Instituto Ipsos constatou que a polarização política no Brasil atingiu um índice de intolerância que supera a média internacional. Os brasileiros estão menos propensos a aceitar as diferenças e o radicalismo nas discussões político-partidárias. Para 84% dos brasileiros o Brasil está dividido e diferenças políticas e econômicas são as principais causas da polarização. Segundo o instituto, 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas.

Logo após as denúncias contra a Lava Jato pela In-tecept Brasil, pesquisa Atlas Brasil, realizada entre

10 e 12 de junho revelou que 73,4% dos entrevistados tomaram conhecimento das denúncias da Vaza Jato, embora a maioria dos veículos da grande mídia tenha divulgado pouco. Entre os que souberam, 58% consideram as práticas adotadas pela dupla Moro e Dallagnol incorretas para um juiz e que os princípios constitucionais e do Código Penal Brasileiro foram transgredidos.

Em julho, o Instituto Datafolha divulgou que o governo Bolsonaro tinha avaliação positiva e negativa de 33%, enquanto 31% avaliavam o governo Bolsonaro como regular, reafirmando o clima de polarização. De acordo com o instituto, 63% têm conhecimento da Vaza Jato e 58% consideram inadequada a conduta de Moro revelada nas conversas, mesmo número que considera que as decisões do ex-juiz deveriam ser revistas. A avaliação da Operação Lava Jato foi considerada positiva por 55%, 24% a consideraram regular e 18% negativa.

A prisão de Lula foi considerada justa por 54%, ante 42% que a consideraram injusta. Na época o Datafolha apontou o Partido dos Trabalhadores como aquele com maior preferência entre os brasileiros, com 17%, seguido do PSL (4%), do MDB (2%) e do PSDB (2%).

Em agosto, Pesquisa CNT/MDA, mostrou a desaprovação ao governo Bolsonaro em 39,5%, enquanto a avaliação positiva do governo era de 29,4%.

A primeira pesquisa divulgada após a libertação de Lula, em 8 de novembro, foi a realizada pela plataforma Atlas Político, e revelou que 42% conside-

ravam a prisão de Lula injusta e 44% eram contra a prisão do ex-presidente, muito embora 56,5% fossem contra a decisão do STF que suspendeu a execução da prisão após o julgamento em segunda instância.

Pela primeira vez a avaliação negativa do governo Bolsonaro ultrapassou os 40%, chegando a 42%, quinze pontos percentuais a mais do que a avaliação positiva (27%), enquanto 30% avaliam como regular. A pesquisa XP/Ipespe confirmou a tendência com avaliação negativa do governo em 39%, positiva em 32% e 18% regular.

Na última pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Datafolha entre os dias 5 e 6 de dezembro, a aprovação ao governo Bolsonaro oscilou de 29% no final de agosto para 30%, sua reprovação passou de 38% para 36%, e a taxa dos que o avaliam como regular passou de 30% para 32%.

Consolidada a liberdade de Lula, mais da metade da população brasileira (54%) considera justa a libertação do ex-presidente, frente a uma parcela menor, de 42%, que considera injusta. A confiança no ex-presidente é de cerca de dois terços da população (61%), dos quais 25% sempre acreditam nas declarações de Lula e 36% às vezes.

Comparativamente, a confiança no atual presidente Jair Bolsonaro é bem menor. A pesquisa mostra que 80% da população não confia nas declarações de Jair Bolsonaro, a maior parcela (43%) nunca confia no que Bolsonaro diz e 37% acreditam apenas às vezes nas declarações de Bolsonaro.